
**ATA DA 153ª SESSÃO ORDINÁRIA DO
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e um (05.04.2021), às quatorze horas (14h), por meio de videoconferência através do sistema Cisco/Webex, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para a sua 153ª Sessão Ordinária, sob a presidência do Dr. Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se a ausência justificada do Dr. Moacir Camargo de Oliveira, em licença-saúde. Constatou-se ainda as presenças *online* do Dr. Pedro Evandro de Vicente Rufato, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, do Sr. Carlos Rogério Ferreira do Carmo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins – SINDSEMP/TO, e do Sr. Brunno Rodrigues da Silva, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de atas; 2) E-Doc nº 07010391814202113 – Requerimento de modificação das atribuições da 7ª, 8ª e 14ª Promotorias de Justiça da Capital (requerentes: Drs. Maria Cristina da Costa Vilela, Weruska Rezende Fuso, Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira e Fabio Vasconcellos Lang); 3) E-Docs nºs. 07010390982202183 e 07010389091202184 – Proposta de nomeação do prédio referente ao Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça (proponentes: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins e Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira); 4) Portaria nº 215/2021 – Designa suplente da coordenação do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher – CAOCCID (interessado: Procurador-Geral de Justiça); 5) E-Doc nº 07010386811202151 – Relatório anual de Gestão do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal – CAOPAC (interessado: Dr. Vinicius de Oliveira e Silva); 6) E-Doc nº 07010388208202111 – Memória da 13ª Reunião da Força-Tarefa Ambiental do MPTO (interessado: Dr. José Maria da Silva Júnior); 7) Ofícios de comunicação de instauração, andamento e conclusão de Procedimentos Investigatórios Criminais: 7.1) E-Docs nºs. 07010387970202171, 07010388002202182, 07010388037202111, 07010388120202191, 07010388147202183, 07010388153202131, 07010388160202132, 07010388164202111, 07010388174202156,

07010388177202191, 07010388184202191 e 07010388845202189 – Comunicam a instauração de PIC's (interessado: Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior); 7.2) E-Doc nº 07010387919202161 – Comunica a instauração de PIC (interessado: Dr. Adailton Saraiva Silva); 7.3) E-Doc nº 07010390105202111 – Comunica a instauração de PIC (interessada: Dra. Munique Teixeira Vaz); 7.4) Memorandos nºs. 03, 05 e 06/2021-GAECO-MPTO – Comunicam a instauração de PIC's (interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado); 7.5) E-Doc nº 07010386783202171 – Comunica a prorrogação de PIC (interessado: Procurador-Geral de Justiça); 7.6) E-Doc nº 07010386451202196 – Comunica a prorrogação de PIC (interessado: Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior); 7.7) E-Doc nº 07010387574202144 e 07010390518202197 – Comunicam a prorrogação de PIC's (interessado: Dr. Airton Amilcar Machado Momo); 7.8) E-Docs nºs. 07010388534202111 e 07010388553202146 – Comunicam a prorrogação de PIC's (interessada: Dra. Sterlane de Castro Ferreira); 7.9) E-Docs nºs. 07010389804202118 e 07010389812202156 – Comunicam a prorrogação de PIC's (interessado: Dr. Guilherme Cintra Deleuse); 7.10) E-Doc nº 07010386589202195 – Comunica a remessa de Notícia de Fato ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (interessado: Dr. Gustavo Schult Junior); e 8) Outros assuntos. De início, colocou-se em apreciação as **Atas da 142ª Sessão Extraordinária e da 152ª Sessão Ordinária**, que restaram aprovadas à unanimidade. Logo após, deliberou-se pelo encaminhamento, à Comissão de Assuntos Institucionais, do **Requerimento de modificação das atribuições da 7ª, 8ª e 14ª Promotorias de Justiça da Capital**, subscrito pelos Promotores de Justiça Maria Cristina da Costa Vilela, Weruska Rezende Fuso, Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira e Fabio Vasconcellos Lang. Em seguida, colocou-se em apreciação os E-Docs nºs. 07010389091202184 e 07010390982202183, em que o Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins e a Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira apresentam **Proposta de nomeação do prédio referente ao Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça, em homenagem ao servidor Héber Ricardo da Cruz Almeida**, falecido em decorrência da Covid-19. Com a palavra, a Secretária sugeriu que, por cautela, o pleito fosse encaminhado à Comissão de Assuntos Administrativos para análise acerca da existência ou não de impedimentos sob a ótica da Lei nº 3.775, de 11 de janeiro de 2021, que *“Dispõe sobre a proibição de denominação de bens públicos, de qualquer natureza, e dá*

outras providências”. Após breve debate, os Drs. Ricardo Vicente da Silva, Marco Antonio Alves Bezerra e Ana Paula Reigota Ferreira Catini, Membros da CAA, se manifestaram pela aprovação, de imediato, da postulação, condicionada à verificação, pela Procuradoria-Geral de Justiça, de eventuais restrições previstas no parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 3.775/2021. Em votação, os demais Procuradores de Justiça acompanharam, à unanimidade, o posicionamento da Comissão, enaltecendo a competência, a dedicação ao trabalho e o perfil solidário e alegre do homenageado, que ocupou o posto de chefe do transporte do MPTO por 11 (onze) anos. Ato contínuo, referendou-se à unanimidade a **Portaria nº 215/2021**, que designou a Promotora de Justiça Bartira Silva Quinteiro como suplente da coordenação do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher – CAOCCID. Por fim, apresentou-se para conhecimento (1) o **Relatório anual de Gestão do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal – CAOPAC**; (2) a **Memória da 13ª Reunião da Força-Tarefa Ambiental do MPTO**; e (3) **Ofícios de comunicação de instauração, andamento e conclusão de Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's**, nos termos constantes da ordem do dia. Encerrados os itens constantes da pauta, passou-se à discussão de **outros assuntos**. Primeiramente, a Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira registrou que o seu **mandato à frente da Secretaria do CPJ** se encerra no dia 13/05/2021, devendo ser realizada nova eleição na próxima sessão ordinária e, desde já, colocou o seu nome à disposição para recondução. Na sequência, a Dra. Ana Paula Reigota Ferreira Catini externou que tem enfrentado dificuldades, junto ao Cartório de Distribuição da 2ª Instância, relacionadas aos **prazos de tramitação dos processos**. Em complemento, a Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães registrou que têm ocorrido situações de **decurso de prazo** no 1º grau em que o sistema acusa como se fosse de responsabilidade das Procuradorias. A respeito dessas questões, o Presidente esclareceu que o Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça já está trabalhando em busca de possíveis soluções, que deverão ser apresentadas, em breve, ao Colegiado. Por último, a Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira externou preocupação com a demora anormal e injustificável da remessa de recursos **especiais e extraordinários**, da Secretaria de Recursos Constitucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para os Tribunais Superiores. Após amplo debate sobre o assunto, deliberou-se à unanimidade no sentido

de que (1) a CAI e a CAA promovam estudos visando ao acompanhamento, por parte do Ministério Público, de recursos constitucionais interpostos junto às instâncias superiores; e (2) a Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça providencie levantamento da quantidade de recursos – especial e extraordinário – represados junto ao Poder Judiciário estadual, a fim de embasar os estudos das Comissões e eventuais tratativas institucionais. Nada mais havendo, a presente sessão foi encerrada às quinze horas e quinze minutos (15h15min), do que, para constar, eu, _____, Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação. A gravação da presente sessão pode ser acessada, na íntegra, no seguinte endereço eletrônico: www.youtube.com/c/CESAFMPTO.

Luciano Cesar Casaroti

Leila da Costa Vilela Magalhães

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

José Maria da Silva Júnior

Jacqueline Borges Silva Tomaz

Ana Paula Reigota Ferreira Catini

Maria Cotinha Bezerra Pereira

Marcos Luciano Bignotti